

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



EXPANSÃO CAPITALISTA E TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESPACIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Welbson do Vale Madeira, DECON/PPGDSE/UFMA; Doutor; welbson.madeira@ufma.br

Coordenador

Benjamin Alvino de Mesquita, PPGPP/UFMA; Doutor; benjamin.alvino@ufma.br

Francisco Lima Mota, IMESC; PPGDSE/UFMA; Doutor; franciscocesiuema@gmail.com.

RESUMO

A partir do início do século XXI houve uma aceleração da demanda mundial por commodities agrícolas e minerais, sobretudo em função de mudanças na economia e na sociedade da China. Nesse contexto, o Brasil foi identificado por grupos oligopolistas mundiais como um país estratégico na perspectiva de ofertar tais commodities e, ao mesmo tempo, ser um mercado consumidor de produtos e serviços associados às mesmas. Como desdobramento, o Estado no Brasil, em suas diferentes instâncias, aprofundou sua intervenção para moldar cada vez mais o espaço e a economia conforme interesses de alguns grupos capitalistas nacionais e estrangeiros. Nesta proposta será debatida a expressão desse fato tomando a Amazônia como espaço de referência. Articulando três pesquisas distintas e afins, destacam-se políticas de ordenamento/desordenamento territorial, a construção da infraestrutura imprescindível para acelerar a velocidade de produção e circulação de capital e de commodities e as mudanças que podem ser identificadas no mercado de trabalho em função do padrão produtivo do chamado agronegócio. O primeiro elemento é analisado em artigo que mostra como a demanda mundial por commodities influenciou as três etapas do zoneamento ecológico econômico do estado do Acre a partir de 1999. O segundo elemento consta de artigo que resultou de investigação sobre a usina hidrelétrica de Estreito, no estado do Maranhão, e suas consequências socioeconômicas e espaciais. Por fim, no terceiro artigo discute-se a expansão do agronegócio na Amazônia e como o mesmo se relaciona com mudanças relacionadas à força de trabalho no meio rural.

Palavras-chave: Expansão capitalista. Amazônia. Commodities

ABSTRACT

From the beginning of the 21st century, there has been an acceleration of world demand for agricultural and mineral commodities, mainly due to changes in China's economy and society. In this context, Brazil has reinforced its role as a strategic country with a view to offering such commodities and, at the same time, being a consumer market for products and services associated with them. As a result, the State in Brazil, in its different instances, deepened its intervention to increasingly shape space and the economy according to the interests of some national and foreign capitalist groups. In this proposal, the expression of this fact will be discussed, taking the Amazon as a reference space. Articulating three distinct and related researches, the following stand out: territorial ordering/disordering policies, the construction of the essential infrastructure to accelerate the speed of production and circulation of capital and commodities, and the changes that can be identified in the labor market due to the pattern production of the so-called agribusiness. The first element is analyzed in an article that shows how the world demand for commodities influenced the three stages of the economic ecological zoning of the state of Acre from 1999 onwards. The second element is in an article that resulted from research on the Estreito hydroelectric plant, in the state of Maranhão, and its socioeconomic and spatial consequences. Finally, the third article discusses the expansion of agribusiness in the Amazon and how it relates to changes related to the workforce in rural areas.

Keywords: Capitalist expansion. Amazon. Commodities

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



EXPANSÃO CAPITALISTA E REORDENAMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA: expressões no ZEE do Acre

Welbson do Vale Madeira

RESUMO

Na dinâmica da expansão capitalista, a Amazônia foi importante em diversos momentos, podendo se destacar as transformações na região observadas a partir da década de 1960, quando foram aceleradas as explorações de recursos minerais e vegetais. Desde esse período a Amazônia tem sido objeto de diversas políticas de ordenamento territorial. A partir do início do século XXI destacam-se as políticas centradas em zonas, referenciadas na noção de desenvolvimento sustentável. Argumenta-se neste artigo que essas políticas são funcionais em relação à acumulação capitalista, que necessita de um determinado padrão de organização do espaço. Nesse rumo, analisam-se relações entre a demanda mundial por commodities e transformações territoriais na Amazônia. Toma-se como referência empírica as políticas de zoneamento ecológico econômico no Acre.

Palavras-chave: Expansão capitalista; Ordenamento Territorial. Commodities. Amazônia.

ABSTRACT

In the dynamics of capitalist expansion, the Amazon was important at different times, with emphasis on the transformations in the region observed from the 1960s onwards, when exploration of mineral and plant resources accelerated. Since that period, the Amazon has been the object of several land use policies. From the beginning of the 21st century, policies centered on zones stand out, referenced in the notion of sustainable development. This article argues that these policies are functional in relation to capitalist accumulation, which requires a certain pattern of space organization. In this direction, relations between the world demand for commodities and territorial transformations in the Amazon are analyzed. The empirical reference is the economic ecological zoning policies in Acre.

Keywords: Capitalist expansion. Land use planning. Commodities. Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Tratando-se de relações da Amazônia com a expansão do capitalismo”, cabe destacar algumas fases e fatos que expressam contribuições regionais para a acumulação de capital. No início da fase imperialista alguns de seus espaços

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

articularam-se com grandes empresas comerciais, industriais e financeiras da Europa, principalmente com base na exploração do látex produzido pelas seringueiras. Também por conta desse produto, nas duas guerras mundiais a região foi fundamental para atender interesses econômicos e políticos de alguns grandes grupos empresariais.

Após a Segunda Guerra Mundial, em todos os países da América do Sul que abarcam a Amazônia, acelerou-se o processo de exploração predatória de recursos naturais. No período mais recente, desde o início deste século, à exploração de riquezas minerais, da fauna e da flora agregou-se a produção de commodities agrícolas, com destaque para a soja. Esse fato, por sua vez, expandiu e complexificou as relações da região com a economia capitalista mundial.

O salto na exploração de commodities minerais e agrícolas na Amazônia tem sido viabilizado por meio da expansão de rodovias, ferrovias e portos, bem como do incremento de infraestrutura para comunicação e produção de energia. Do ponto de vista socioespacial, essa dinâmica tem implicado em desterritorializações de várias comunidades, estabelecimentos de novas estruturas fixas e surgimento de novos fluxos financeiros e de mercadorias. Articulando-se institucionalmente ao objetivo de “ordenar o território”, no estabelecimento de zonas “ecológicas” e “econômicas”, por meio de Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE).

Avaliamos que o zoneamento na Amazônia tem servido principalmente para legalizar o uso de determinados espaços e recursos, ainda que do ponto de vista institucional também apareça vinculado à escorregadia noção de desenvolvimento sustentável. Neste texto, portanto, buscou-se debater como o zoneamento contribuiu para a acumulação de capital. Como referência empírica tomou-se o estado do Acre.

Seguindo-se à esta introdução, analisam-se, em termos gerais, aspectos históricos da expansão capitalista em países periféricos, com ênfase na Amazônia brasileira. Na sequência é analisada a proposta de zoneamentos no Brasil e sua funcionalidade para a acumulação de capital. Por fim, analisam elementos das três fases do ZEE do Acre.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 MERCADO MUNDIAL DE COMMODITIES E SUAS REPERCUSSÕES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A exploração comercial de alguns produtos de países menos desenvolvidos contribuiu para a acumulação primitiva e para o início da industrialização na Europa (MARX, 1985), e tem sido uma das características do capitalismo desde então. Reforçando essa tendência, consolidou-se o argumento liberal de que diante da insuficiência de poupança interna dos países subdesenvolvidos e das barreiras para que os mesmos se industrializem é recomendável que os mesmos aproveitem suas “vantagens comparativas” em termos de recursos naturais.

Efetivamente, em função de interesses de grupos econômicos e políticos em alguns países, desde o século XIX estabeleceu-se uma divisão internacional do trabalho a partir da qual alguns governos passaram a estimular as exportações de bens primários. Uma das consequências dessa dinâmica foi o progressivo alargamento do mercado mundial de commodities, entendidas aqui como mercadorias que têm baixo nível de transformação, durabilidade física relativamente longa e estabelecimento de preço em função de estruturas de oferta e demanda pelos produtos e por títulos associados aos mesmos.

Ao longo do século XX o mercado para os bens primários ficou associado a um intercâmbio desigual entre os países, ratificando a tendência observada por Prebisch (2000). Mesmo assim, muitos governos optaram por ancorar as economias de seus países na produção de bens primários. No caso do Brasil, após pouco mais de três décadas de um processo que pode ser descrito como de “substituição de importações” de determinados produtos industriais, essa situação sofreu um retrocesso após o golpe capitalista-militar de 1964, principalmente em se tratando da Amazônia.

A Amazônia passou a ser vista pelos governos militares como uma região que deveria ter seu território mais ocupado, por razões políticas e econômicas. Como desdobramento, em 1966 foi apresentada a Operação Amazônia, com o objetivo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



declarado de modernizar a economia regional e implantar projetos que contribuíssem para o processo de substituição de importações.

Podem ser destacadas duas linhas gerais de intervenção estatal na Amazônia: a primeira, relativa ao controle institucional do território por parte do governo federal; a segunda, ao progressivo aproveitamento econômico da região. Sobre a questão territorial um dos pontos de partida foram os decretos-lei 1.164/71 e 1.473/76, que federalizaram terras da Amazônia Legal.

Conforme Rocha (2014, p. 471), “a federalização do território se constituiu uma importante condição para a implementação de políticas de ocupação da terra”. Em uma perspectiva mais específica, foi fundamental a articulação de infraestrutura pelos governos da ditadura para viabilizar a produção e exportação de bens primários amazônicos. Como destaca Théry (2005), a partir da década de 1960 as rodovias federais foram se consolidando como bases para alargamento das fronteiras e reordenamentos dos territórios na Amazônia, diminuindo a centralidade que anteriormente se deu em torno de rios, e tornando a própria dinâmica dos transportes através deles subordinada à dinâmica de algumas rodovias.

Evidentemente, também foram decisivos os planos de desenvolvimento. Cabe destacar inicialmente o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA, 1972 – 1974). Posteriormente, a partir de políticas estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), foram criados o II PDA (1975 – 1979) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Nos termos do governo, esse último foi direcionado “à ocupação de espaços vazios e à utilização dos eixos viários” (SUDAM, 1976, p. 46).

Conforme Becker (2010) e Castro (2007), é fundamental considerar a inserção da Amazônia e do Brasil na economia mundial para entender a economia de fronteira na região. De fato, em última instância o impulso a esta se deu em função da demanda por produtos agrícolas para o mercado interno e a pauta de exportações de produtos primários. Como destaca Rego (2002), os objetivos do capital monopolista e os interesses políticos dos governos da ditadura militar foram os principais determinantes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

do crescimento do processo de ocupação da fronteira amazônica. No primeiro caso, estes interesses se relacionaram à exportação de capitais e controle de determinadas matérias-primas e fontes de energia.

Com o início do fim dos governos da ditadura, sem que houvesse renúncia de pronto aos “modelos desenvolvimentistas” centrados na exploração de bens primários, começaram a vir à tona novas referências de ordenamento territorial no Brasil, nos quais as preocupações de ordem ambiental começaram a aparecer. Nesse contexto se consolida a proposta de ordenamento territorial centrado em zonas, sobre o qual tratamos no tópico a seguir.

3 AS POLÍTICAS DE ZONEAMENTOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Podem ser destacados dois pontos fundamentais ao tratarmos de zoneamento no Brasil. O primeiro é que desde as primeiras décadas do século XXI, do ponto de vista institucional, as zonas assumiram uma centralidade que em momentos anteriores foi ocupada de forma sucessiva pelos polos de crescimento e pelos eixos de integração. Segundo, associando-se ao primeiro aspecto: os ZEE se tornaram objetos de disputas entre grupos de interesse. No caso da Amazônia, com prevalência das concepções e interesses dos grupos voltados para exportação de commodities minerais e agrícolas.

Do ponto de vista institucional, de acordo no Decreto 4.297/2002, o ZEE e seus objetivos foram definidos nos seguintes termos (BRASIL, 2002):

Art. 2o - O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Art. 3o - O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Parágrafo único. O ZEE, na distribuição espacial das atividades econômicas, levará em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território e determinando, quando for o caso, inclusive a realocação de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais

Nesse contexto, tratando-se especificamente da Amazônia, cabe destacar o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que fez parte do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Em sua versão inicial esse plano concebeu um recorte da Amazônia em três sub-regiões: Macrorregião de Povoamento Adensado (parte oriental), Amazônia Central e Amazônia Ocidental (BRASIL, 2006). Da sua estrutura podem ser destacadas as seguintes diretrizes: promover o desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais; combater o desmatamento ilegal, promover a recuperação das áreas já desmatadas, com aumento da produtividade e recuperação florestal, implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico e acelerar a regularização fundiária, assegurar os direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, reestruturar, ampliar e modernizar o sistema multimodal de transportes, o sistema de comunicação, e a estrutura de abastecimento, promover a utilização sustentável das potencialidades energéticas e a expansão da infraestrutura de transmissão e distribuição, com ênfase em energias alternativas limpas, assegurar que as obras de infraestrutura provoquem impactos socioambientais mínimos (BRASIL, 2008).

A logística concebida a partir do PAS teve como um dos eixos o sistema multimodal de transportes. Na parte oriental da Amazônia, considerou-se estratégica a ligação da Ferrovia Norte Sul com a Estrada de Ferro Carajás, de modo a favorecer o escoamento das produções agropecuárias da própria região e do Centro-Oeste pelo complexo portuário situado em São Luís (MA). Além disso, apontou-se a necessidade de criar estruturas para escoamento de mercadorias dos pequenos produtores, melhoria dos sistemas de armazenamento e modernização dos portos.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A maior tentativa de materializar o PAS foi por meio do. Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE (Decreto 7.378/2010), definido como instrumento de orientação para a formulação e espacialização das políticas públicas de desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente (BRASIL, 2010). Com o MacroZEE também se consolida uma unidade metodológica de construção de ZEE nos estados. Além disso, verifica-se nesses ZEEs uma centralidade das políticas em torno dos eixos de desenvolvimentos, estruturados prioritariamente para favorecer o escoamento de commodities minerais e agrícolas. No tópico seguinte verifica-se como isso se manifesta no ZEE do Acre.

4 ZEE NO ACRE: fases e funções na produção capitalista de espaço

As primeiras iniciativas formais de criar um ZEE no Acre ocorreram em 1991, como desdobramento de iniciativas do governo federal. Materializaram-se na criação da CEZEE através do Decreto Estadual 1006/91, que determinou sua composição, por órgãos públicos estaduais, e suas atribuições de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos do Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico e do Plano de Ocupação do Acre. Após algumas descontinuidades, o processo foi retomado em 1999 e passou por duas etapas, que foram finalizadas em 2021.

Antes de analisarmos o zoneamento nesse estado, propriamente, é imprescindível considerarmos alguns determinantes do que constituiu desordenamento para povos tradicionais e originários que viviam na região antes da chegada de empreendimentos e grandes projetos econômicos.

Por sua localização, o Acre, estados vizinhos, a Bolívia e o Peru foram incluídos e espoliados na dinâmica do capitalismo mundial no mesmo período de início das políticas imperialistas, nos últimos anos do século XIX e primeiras duas décadas do século XX. A razão principal foi a economia da borracha, que com o seu famoso sistema de aviação incluiu desde o trabalho extremamente precário em uma ponta, até grandes grupos econômicos transnacionais, na outra ponta. Ao

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mesmo tempo, já nessa fase e posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, essa expansão capitalista implicou em impactos ambientais e, principalmente, desordenamento territorial e social, nesse caso, principalmente para povos originários.

Após anos de definhamento da economia da borracha, no contexto dos ditos planos desenvolvimentistas dos governos da ditadura empresarial-militar brasileira, o Acre foi sendo progressivamente reinserido no circuito de acumulação das economias do Brasil e do mundo. A partir do II PDA e do Polamazônia, ao Acre foi indicação a “vocação” para abrigar polos madeireiros e projetos agropecuários, que à medida em que foram se instalando desabrigaram comunidades rurais, estabeleceram latifúndios e provocaram desflorestamentos (Jayme Jr. 2022). Segundo Jayme Jr. (2022, p. 27), “Os grupos sulistas, quando chegaram ao Acre, buscaram desativar os seringais e desmatar, para a implantação da pecuária”.

A considerada primeira fase do ZEE do Acre, por ter continuidade nos anos seguintes, foi realizada nos anos 1999 e 2000, na escala 1:1.000.000, e teve apoio técnico e/ou financeiro do Banco alemão KfW, da Agência Alemã de Cooperação Técnica GTZ, do Ministério do Meio Ambiente, do Subprograma de Políticas de Recursos Naturais/Programa de Gestão Natural Integrada (SPRN/PGAI), da Fundação Mundial para a Natureza (WWF), do IBAMA, do IBGE, do PNUD e da UFAC (Acre, 2000). Registrar essa composição é interessante na medida em que fica explicitado que o zoneamento envolveu o PNUD, o setor público do Brasil e também ONGs e bancos estrangeiros, que seguiram influenciando o zoneamento nos anos seguintes. Outro ponto importante, e que guarda coerência com o anterior, é a base conceitual do ZEE do Acre, na medida em que nele constou o objetivo de “contribuir para a incorporação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável na orientação das ações do governo, do setor privado e da sociedade em geral” (ACRE, 2000, p. 1).

Por outro lado, a partir de 1999 o ZEE do Acre teve três fases com características distintas, ainda que tivessem notáveis continuidades. Da primeira

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

participaram 34 organizações representativas de órgãos públicos, empresas privadas, sindicatos e organizações de pesquisas, e teve como um dos princípios declarados e reconhecidos (ainda que parcialmente), a participação de vários “atores”. Para o então governo acreano:

O sucesso do programa depende, em grande medida, de estratégias inovadoras que estimulem a participação efetiva dos diferentes setores da sociedade, especialmente daqueles grupos sociais que historicamente têm sido marginalizados no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Entendemos que essa participação ativa, com a definição de "pactos sociais" entre diversos setores da sociedade, é fundamental, inclusive para garantir a sustentabilidade política do zoneamento (ACRE, 2000, p.1).

Houve uma insistência institucional em tentar compatibilizar grandes empreendimentos econômicos com a expansão de reservas e territórios de comunidades tradicionais e povos originários. Na primeira linha cabe destacar a manutenção no ZEE do entendimento presente no Polamazônia de que o Acre teria vocação para consolidar polos madeireiros e possibilidades de grandes ganhos econômicos em função dos mesmos. Dessa forma, 60,8%, do território do Acre foi considerado sem necessidade de qualquer proteção para projetos madeireiros, de acordo com a proposta inicial do ZEE, ainda que tenha sido reconhecida a necessidade de maiores estudos para confirmar esses resultados, inclusive em função de sobreposições de áreas com finalidades distintas (ACRE, 2000).

Para contemplar interesses de povos originários acreanos foram reunidas e consolidadas informações dispersas em vários estudos e levantamentos, e indicou-se a necessidade de aprofundá-las. Na ocasião (1999) o Acre tinha 28 terras indígenas reconhecidas pelo governo federal, em 11 municípios. Nelas estariam 12 povos, em um total de aproximadamente 9.343 pessoas (ACRE, 2000). Por outro lado, havia reivindicações de reconhecimento de novas terras indígenas e vários problemas a serem resolvidos. Um deles dizia respeito à sobreposição de terras indígenas e seringais de propriedade privada.

PROMOÇÃO



APOIO



Para a produção agrícola foi concebida uma compatibilização entre as pequenas e as grandes propriedades, o máximo aproveitamento de áreas já degradadas e o estímulo a produções orgânicas e com baixo impacto ambiental. Até 1999, entretanto, a grande lavoura mecanizada tinha pouca relevância. Quanto à pecuária de corte foi identificado que essa foi responsável por aproximadamente 80% dos desmatamentos no Acre, com consequentes impactos na biodiversidade e na degradação do solo (ACRE, 2000).

A segunda fase do ZEE no Acre, agora na escala 1:250.000, foi iniciada em 2007 e concluída em 2010. Teve um mapa de gestão territorial do Acre como principal resultado, e nele foram propostas quatro zonas (ACRE, 2010):

- Zona 1: Consolidação de sistemas de produção sustentáveis. Aproximadamente 24,7% do território;
- Zona 2 - Uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental. Aproximadamente 49 % do território;
- Zona 3 - Áreas prioritárias para o ordenamento territorial. Áreas demandadas por populações tradicionais e/ou com potencial para se constituírem novas unidades de conservação, terras indígenas e projetos de assentamento diferenciados. Aproximadamente 26,3% do território;
- Zona 4 - Cidades do Acre. Áreas municipais caracterizadas por espaços urbanos próximos a espaços rurais. Aproximadamente 0,2 % do território;

Embora a segunda fase do ZEE tenha sido apresentada como continuidade da primeira e reivindicados vários conceitos e suposições presentes naquela, também assumiu uma crítica ao positivismo presente nos ZEEs da maioria dos estados (ACRE, 2010). Também pode-se destacar as seguintes constatações (ACRE, 2010):

- Aproximadamente 12% do território estadual já estava desmatado;

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



- 47,3% do território estava protegido sob a forma de áreas naturais protegidas; aproximadamente 10% estavam ocupados por assentamentos de reforma agrária, 31,10% por Unidades de Conservação e 14,55% por terras indígenas;
- A lavoura temporária na ocasião estava representada principalmente pela cultura do milho, que teve crescimento nos anos seguintes, ao contrário do que aconteceu com a cultura do feijão;
- Evidências da permanência do avanço da pecuária, que na ocasião podia ser associada a aproximadamente 81% do desmatamento total do estado.
- Em geral associadas aos desmatamentos, aumentaram também as queimadas, principalmente em áreas em torno de empreendimentos pecuários;
- Ocorrência de conflitos territoriais e desmatamentos em várias áreas, inclusive de reservas;

A terceira etapa do ZEE do Acre foi finalizada em 2021, e teve o objetivo de atualizar a segunda etapa. Todavia, apresentou significativas mudanças em relação às etapas anteriores no que diz respeito ao diagnóstico da situação do estado e recomendações de quais zonas e atividades deveriam ser priorizadas. Destaca-se, nesse caso, as contundentes indicações do governo no sentido de que fosse estimulado mais o chamado agronegócio, principalmente nas zonas 1 e 3.

Por outro lado, com base em comparações entre os censos agropecuários de 2006 e 2017, constatou-se que nesse período a área desmatada aumentou 30%, houve uma redução relativa da produção agrícola familiar e um aumento das terras disponibilizadas para produção de grãos em várias partes do Acre (ACRE, 2021). Dessa forma, diferentemente das fases anteriores, na terceira fase a soja começou a aparecer como um produto relevante e os interesses relacionados à sua produção passaram a influenciar o próprio ZEE.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

5 CONCLUSÃO

A partir da segunda metade da década de 1990 as metodologias de ZEE nos estados da Amazônia Legal foram se tornando cada vez mais homogêneas. Esse fato pode ser explicado por duas razões fundamentais: a primeira é que, como em momentos anteriores, o governo federal subordinou as políticas territoriais dos estados e dos municípios às suas políticas e concepções. A segunda, é que os estados de modo geral foram tendo metodologias cada vez mais semelhantes porque suas bases econômicas também foram ficando cada vez mais parecidas.

Em termos mais concretos, atualmente todos os estados da Amazônia Legal estão incorporados de alguma forma à dinâmica da expansão de commodities minerais e agrícolas, que determina um efetivo processo de produção capitalista de espaço. Em alguns estados, inclusive, tal fato está representando um provável passo atrás, na medida em que os inícios dos seus zoneamentos representaram avanços no que diz respeito à proteção de ecossistemas e territórios de comunidades tradicionais e de povos originários.

O Acre é um exemplo de estado no qual houve um relativo retrocesso na forma de implementação do ZEE. Ainda que em todas as três fases tenha se tomado a noção de desenvolvimento sustentável como referência, o que por si só indica que o ordenamento territorial supõe uma inviável compatibilidade entre interesses coletivos e capitalistas, na terceira fase foi explícita e contundente a opção pelo dito agronegócio. Dessa forma ratifica-se, evidentemente, o caráter do Estado no capitalismo e como as suas políticas territoriais, mesmo quando permeadas por aparentes preocupações ambientais, voltam-se prioritariamente para organizar o espaço da maneira mais favorável à acumulação do capital.

PROMOÇÃO



APOIO



REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**. Zoneamento ecológico-econômico: indicativos para a gestão territorial do Acre- documento final. Rio Branco: SECTMA, 2000. V 3.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**, Fase II (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2. Ed. Rio Branco: SEMA, 2010. 356p.

Acre. Governo do Estado. **Zoneamento ecológico-econômico do Acre: fase III: escala 1:250.000: documento-síntese /** Secretária de Estado do Meio Ambiente. – Rio Branco: SEMAPI, 2021.

BECKER, Berta K. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecnoecológico. In. CASTRO, Iná Elias et.al. (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT. Brasília, DF, 2006. (Versão preliminar).
BRASIL. Presidência da República (2010). Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Decreto 7.378, de 1o de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/zeeamazonia>>. Acesso: 5 jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002**. Disponível em https://_www.planalto.gov.br/ccivil/_03/decreto/2002/D4297_. Acesso em 10 jun 2022.

BRASIL. Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. – Brasília: MMA, 2008.

JAYME Jr. Frederico Gonzaga (coord.). **Diagnóstico Socioeconômico Acre 60 anos: passado, presente e futuro**. Produto 2: Balanço, história e perspectivas do Acre e da região amazônica. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2022.

REGO, José Fernandes do. **Estado e políticas públicas: a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar**. São Luís: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002.

ROCHA, Gilberto de Miranda. Ambientalização no território da Amazônia brasileira e a gestão ambiental. In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães, TOLEDO, Peter Mann, SANTOS Júnior, Roberto Araújo Oliveira (Org.). **Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SUDAM. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)**. Belém: Sudam, 1976.

THÉRY, Hervé (2005). **Estudos Avançados** 19 (53). Situações da Amazônia no Brasil e no continente.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

GRANDES PROJETOS DO CAPITAL NA AMAZÔNIA MARANHENSE: DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAS E OS USOS DO TERRITÓRIO PELA UHE DE ESTREITO/MA

Francisco Lima Mota

RESUMO

O discurso desenvolvimentista, “apoiado na implantação de projetos voltados à produção de energia elétrica, na Amazônia Oriental, em particular, na Amazonia Maranhense, se deu pela defesa de que a chegada desse projeto à região traria melhores condições de vida à população”, em virtude dos investimentos ora criados pela ação do capital no território. Assim, a região passou a apresentar a partir da década de 1970 significativas mudanças em seu padrão de organização socioeconômico através da difusão de projetos minero-metalúrgicos e energéticos. O município Estreito, que faz divisa entre os estados do Maranhão e o Tocantins, presencia na primeira década do século XXI, a máxima da expansão das Usina Hidrelétrica (UHE) no espaço amazônico, com objetivos de ordem econômica, com fins de apropriação e, conseqüentemente, dominação do território. Nesse sentido, a produção textual aqui proposta objetiva analisar, no contexto da (re)organização do território, o papel da Usina Hidrelétrica de Estreito/MA e os desdobramentos socioeconômicos e territoriais na Amazônia Maranhense.

Palavras-chave: Energia. Amazônia Maranhense. Território

ABSTRACT

The developmental discourse, “supported by the implementation of projects aimed at the production of electricity, in the Eastern Amazon, in particular, in the Maranhão Amazon, was given by the defense that the arrival of this project in the region would bring better living conditions to the population”, in due to the investments now created by the action of capital in the territory. Thus, from the 1970s onwards, the region began to present significant changes in its socioeconomic organization pattern through the diffusion of mining, metallurgical and energy projects. The Estreito municipality, which forms the border between the states of Maranhão and Tocantins, witnessed in the first decade of the 21st century, the maximum expansion of the Hydroelectric Power Plant (UHE) in the Amazon space, with economic objectives, with appropriation purposes and, consequently, domination of the territory. In this sense, the textual production proposed here aims to analyze, in the context of the (re)organization of the Maranhense Amazon, the role of the Estreito/MA Hydroelectric Power Plant and the socioeconomic and territorial developments in the Maranhense Amazon.

Keywords: Energy. Maranhão Amazon. Territory.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Entende-se que os estudos que envolvem a atual transição energética mundial, deve-se recorrer aos eventos e processos ocorridos durante à década de 1970, período em que o sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2006) capitalista teve a sua rápida, grande e agressiva reestruturação produtiva do capital com o fim dos Anos Dourados (HOBBSBAWN, 1995) e a preparação para o Neoliberalismo (HARVEY, 2010). Esses dois eventos moldaram a relação Estado-Nação, mercado e sociedade, liberando ainda mais o mercado para ter a hegemonia para as ações no espaço geográfico, através do sistema produtivo das relações capitalistas de produção, isto é, após a crise do fordismo e a transição para a acumulação flexível (HARVEY, 2010).

De certo, é compreensível admitirmos que os usos e as transformações dos recursos “naturais”, tem estrita relação com as mais diversas formas de uso de sistemas energéticos. O ato de consumir na sociedade capitalista está diretamente ligado as mais diversas realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais diferenciadas, conforme a disponibilidade do recurso a ser explorado e extraído, logo, para a criação dessas realidades, dependem das diversas fontes e formas de energia. Essa relação se dá no espaço geográfico, o qual, faz materializar, modificar e privatizar territórios e interferir em territorialidades.

Nesse sentido, entendemos território como produto do processo de territorialização, ou seja, dos indivíduos vivendo em sociedade, por meio das ações cotidianas no ambiente. Sendo lugar de vida, parte material, de organização, luta e resistência política.

No Brasil, vários desafios têm sido colocados para incremento da expansão de usinas hidrelétrica (UHE) e, nessa análise observamos que nas últimas décadas um fenômeno recorrente em algumas regiões do país, que são a construção de UHEs, e cada vez mais o potencial hídrico é usado para geração de energia elétrica, sendo esta considerada por alguns como sendo necessária e indispensável ao desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 2007).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O Município de Estreito (MA), por concentrar as obras de implantação da barragem, passou por uma transformação social econômica do seu espaço urbano. O urbano recebeu um contingente populacional migrante, atraído pela oferta de empregos, com sobrecarga na estrutura das cidades, como por exemplo, nas áreas de educação, saúde e lazer.

Na mesma discussão, atentamos ao fato de que, Estreito (município com menos de 100 mil habitantes) apresenta indicadores mais favoráveis em função da existência de megaprojetos de envergadura do capital que, ao se instalar no município, acaba que incrementando toda a sua economia urbana, vindo a possibilitar o surgimento de empresas que dão suporte ao projeto energético.

De certo, buscamos entender de que forma, a construção da UHE de Estreito tem similaridade com as rupturas nas relações sociais e econômicas presentes na cidade de Estreito/MA, bem como os efeitos da implantação desse empreendimento aderem ao território novos usos e novos significados.

Assim, a produção textual aqui apresentada objetiva analisar, no contexto da (re)organização do território, o papel da Usina Hidrelétrica de Estreito/MA e os desdobramentos socioeconômicos e territoriais na Amazônia Maranhense.

2 A POLÍTICA ENERGÉTICA NO BRASIL: usos do território via implantação de usinas hidrelétricas

A produção de energia, oriunda das UHE's, articulada a outros projetos de envergadura do capital, implantados na ditadura militar, vem desde a década de 1970 despontado, no Brasil, como modelo hegemônico para a geração e consequentemente distribuição de energia.

Ao tratarmos sobre política energética no Brasil, vários desafios têm sido colocados no debate para que haja de fato uma expansão das hidrelétricas pelo território nacional. Para a realidade brasileira, é importante destacar que, nos últimos 40 anos, a oferta de energia hidráulica evoluiu significativamente, chegando a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



patamares similares ao que ocorre na China como também na América Latina, colocando o país enquanto um dos grandes produtores de energia proveniente das UHE's.

Dessa forma, asseveramos a ideia de que, as lógicas e estratégias de uso da energia hidrelétrica no Brasil aconteceram a partir da segunda metade do século XX, tendo inicialmente como lócus as regiões Sudeste e Sul e, posteriormente com a exploração do potencial hidrelétrico das regiões Nordeste e Norte do país. A matriz energética brasileira alcançou como principal fonte de produção as usinas hidrelétricas, que atualmente representam quase dois terços da geração de energia e da capacidade instalada no país, ou seja, aproximadamente 70% da energia produzida advém da usina hidrelétrica (BRASIL, 2007).

No que se refere à gênese da difusão da energia elétrica no Brasil, Penha (2021), afirma que a primeira intervenção no território nacional se deu através de uma empresa mineradora do estado de Minas Gerais. Na mesma discussão, Lima (2010) descreve que.

A história da eletrificação no país começou a ganhar forma com a primeira usina que se tem notícia, tendo entrado em operação em 1883, em Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, em Minas Gerais, localizada na cidade de Diamantina (MG). A usina de pequeno porte, produzia eletricidade exclusivamente para abastecimento de uma mineradora diamantes na região. A fio d'água (ou seja, sem reservatório de água), a usina foi instalada de uma queda bruta de cinco metros e possuía apenas dois dínamos de Gramme com potências de 4Hp e 8 Hp. Além disso, Ribeirão do Inferno contava com a maior linha de transmissão do mundo daquele tempo, com dois com dois quilômetros de extensão que transportava a energia para as máquinas que extraíam cascalho da mina de diamantes. Até então, as poucas usinas instaladas no país eram termelétricas e de pequeno porte. (LIMA, 2016, p. 34).

Nesse entendimento, Santos e Silveira (2004) denominam que essas primeiras hidrelétricas instaladas no Brasil, eram feitas por núcleos familiares e com poucas técnicas, assim eram solidárias aos lugares. Para os autores, eram pequenos objetos técnicos e, no caso ficando restritas regionalmente no Centro-Sul do país, mas devido a demanda industrial, as instalações de UHEs iniciaram e foram difundidas no território nacional a partir da década de 1970.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Para a discussão aqui apresentada, faz mister destacar que no bojo das discussões acadêmicas acerca do tema energia, conforme Penha (2021) cabe um parêntese em destacar o que chamamos de Geografia da Energia, que para a análise aqui empreendida podemos compreender como sendo o estudo holístico do uso das fontes renováveis e não renováveis de energia e das formas de energia usadas pelos agentes econômicos em uma localização geográfica. Ainda no que trata a chamada Geografia da Energia, cabe destacar que esta analisa as conflitualidades entre os grandes agentes econômicos e os pequenos agentes econômicos no espaço geográfico e no território, ou seja, os mais variados usos do território. De certo, é importante afirmar que, apoiados nas contribuições de Penha (2021) de que as pesquisas e os debates sobre a Geografia da Energia e do estudo geográfico da energia têm sido realizados e debatidos na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, a partir da década de 1950. Alguns denominaram de Geografia da Energia, outros alcunharam de Geografia e Energia. Já outros como o Estudo Geográfico da Energia. No entanto, a base comum do objeto desses estudos foi o espaço geográfico na sua dimensão econômica.

3– A AMAZÔNIA MARANHENSE COMO LÓCUS DOS GRANDES PROJETOS DO CAPITAL: a UHE de Estreito/MA

A região amazônica até a primeira metade do século XX era entendida como um espaço isolado que não despertava interesses capitalistas. No entanto, a partir de 1950 a região passou a experimentar intenso processo de reconfiguração mediante a atuação do Estado tanto na economia quanto no território. Tal ação visa promover a integração espacial do país por meio da difusão de grandes projetos econômicos.

Deste modo, a região amazônica passou a ser entendida como espaço estratégico para a difusão de projetos desta natureza sob o ideário da integração espacial do país, assim o espaço regional amazônico recebeu diversos investimentos ligados às políticas de desenvolvimento regional, no intuito de articular esta região ao sistema produtivo nacional internacional.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Assim, a região passou a apresentar a partir de 1950 mudanças relevantes em seu padrão de organização socioeconômico através da colonização pública e privada das terras e também por meio da difusão de projetos minero-metalúrgicos e energéticos. Outros elementos fundamentais que também têm corroborado para a legitimação de uma nova dinâmica regional se associam à construção de rodovias, ferrovias e o aproveitamento do potencial hídrico. Nesse sentido Becker (1982) destaca que:

Modifica-se a percepção da Amazônia, que assume posição-chave frente às prioridades políticas e econômicas de ordem interna e externa. [...] pelo seu valor estratégico e pelo alto valor de seus recursos naturais, a região é capaz de atrair inovações e efeitos difusores do desenvolvimento, tais como capital, tecnologia, população – tanto de centros nacionais como de centros mundiais, tornando-se um verdadeiro campo de atração de forças externas. (BECKER, 1982, p. 63-65).

A Amazônia Maranhense, nesse contexto, assume uma nova percepção e adquire posição de destaque para os agentes econômicos hegemônicos, uma vez que, até a primeira metade do século XX a região era compreendida como uma barreira à ocupação humana e conseqüentemente da expansão das atividades econômicas.

No entanto, neste novo cenário a região passa a ser vista como “fronteira de recursos” ou “fronteira do capital”, atraindo inovações e externalidades, ou seja, forças exógenas diretamente vinculadas ao capital monopolista e que conseqüentemente passaram a atuar de forma marcante, provocando fortes mutações no espaço regional amazônico. Estes fatores são decorrentes do planejamento governamental que acentuou de forma significativa o processo de ocupação e povoamento da região.

A região adquiriu novos conteúdos frente a tais transformações que passaram a viabilizar uma nova configuração passando a ser entendida como um espaço privilegiado para a atuação ampliada do capital. No seio desta lógica é preciso refletir sobre os significados da modernização imposta à região que a atinge de forma avassaladora.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O discurso desenvolvimentista, “apoiado na implantação de projetos voltados à produção de energia elétrica, na Amazônica Maranhense, se deu pela defesa de que a chegada desse à região traria melhores condições de vida à população”, principalmente no que se refere ao acesso a infraestrutura e aos serviços. Em Estreito, município que faz divisa entre este estado e o Tocantins, a máxima dessa lógica está na UHE, que leva o seu nome, um grande projeto de investimento do capital, com objetivos de ordem econômica, com fins de apropriação e, conseqüentemente, dominação do território em sua modernização (MOTA, 2022, p. 78).

O município de Estreito está localizado na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz (IBGE, 2017) e na Região Geográfica Imediata de Imperatriz. Na proposta de regionalização do IMESC, o município se encontra na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense, como também na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (IMESC, 2020). O município possui 43.097 habitantes (IBGE, 2021), com PIB de 942.259,66, em 2019 (IBGE, 2019). O nome Estreito está associado a parte mais estreita do Rio Tocantins, onde se encontram construídas duas pontes (a Ponte do Estreito/MA, na rodovia BR-010 e a Ponte Ferroviária de Estreito/MA, na Ferrovia Norte-Sul), que unem os Estados do Tocantins e do Maranhão.

Martins (1993, p. 61) afirma que os Grandes Projetos de Investimentos são considerados “projetos econômicos de envergadura”, os quais abrangem as hidrelétricas, os planos de colonização e construção de rodovias. Assim, os grandes projetos causam grandes e graves efeitos em relação ao meio e às pessoas, uma vez que no processo de implantação há “uma ausência de análises sobre as alterações socioeconômicas, culturais e ambientais que causariam às regiões.

Ainda em Vainer e Araújo (1992), “grandes projetos de envergadura do capital”, expõem que:

[...] empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo por decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER; ARAUJO, 1992, p. 34).

PROMOÇÃO



APOIO



Os Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) são aqueles que abarcam os empreendimentos de grande porte e surgiram sob o discurso de contribuir para a implantação de infraestrutura e como forma de levar crescimento e progresso às regiões em que foram instalados.

Assim, na definição de Bortoleto,

[] “os megaprojetos” são apresentados à sociedade como essenciais ao desenvolvimento da nação. Mas esse desenvolvimento fica em grande parte restrito ao centro hegemônico da economia nacional, não chegando a atingir as regiões receptoras e, conseqüentemente, não vindo a amenizar os impactos causados com a implantação desses empreendimentos (BORTOLETO, 2001, p.55).

De acordo com Mota (2022), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), via investimentos do Governo Federal, possibilitou, a partir do ano de 2002, na Amazônia Maranhense, a instalação de muitos projetos com essas características, sendo um a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito, em 2012, no Rio Tocantins, com reservatório de 5,4 bilhões de metros cúbicos e 555 km² capaz de gerar até 1.087 MW de potência. A chegada desse grande empreendimento reforça a conformidade de a Amazônia brasileira tornar-se, cada vez mais, cenário desses megaprojetos.

Como recorte da expansão dos megaprojetos do capital voltados à produção de energia elétrica, na Amazônia Maranhense, Almeida (2012) discorre sobre a instalação da UHE de Estreito.

No ano de 2002 (quadro 1), o projeto da Usina Hidrelétrica de Estreito foi licitado e a concessão foi adquirida pelo CESTE -Consórcio Estreito de Energia que é formada pelas empresas: Tractebel, Vale, Alcoa, Billiton e Camargo Côrrea. Sendo que somente esta última é brasileira, ou seja, o referido consórcio apresenta-se intimamente ligado ao capital monopolista global, revelando assim, relações que vem de fora para dentro e que passam a exercer forte domínio e controle nas regiões e populações que estão sendo abarcadas por este em empreendimento (ALMEIDA, 2012, p. 6).

A partir daí o município de Estreito passa por um significativo crescimento, tanto econômico como populacional. No entanto, a chegada da UHE passa a gerar,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



também, impactos de outros sentidos, principalmente, nas comunidades que, diretamente, dependem do rio Tocantins como forma de sobrevivência e manutenção (MOTA, 2022).

Em complemento, Melo e Chaves (2012) afirmam que a construção da UHE de Estreito trouxe à tona conflitos sociais decorrentes do impacto econômico, ambiental e cultural decorrente do empreendimento, com desalojamento de inúmeras famílias que viviam na região entorno.

A construção da UHE de Estreito mudou não somente a paisagem regional, mas também a dinâmica econômica do município, que angariou uma nova estrutura de prestação de serviços, como hotéis e outros para atender o fluxo de pessoas que se mudaram ou passaram a adotar Estreito como local de trabalho e/ou aporte turístico em função da hidrelétrica (LIMA, 2010).

Assim, a economia arquetizada pelas empresas multinacionais está dissociada dos interesses mais gerais da população e, por isso, a importância de estudos que contemplem a implantação de projetos hidroenergéticos na Amazônia brasileira. Estes são a expressão mais avançada do capitalismo, que por meio da política dos atores econômicos estimula as práticas financeiristas do Estado a seu favor.

Por fim, nesse novo espaço, a carga de ciência e tecnologia é substancialmente maior do que no passado; a configuração territorial agora responde às exigências das relações capitalistas de produção, que através da produção de energia elétrica realiza a reprodução ampliada do capital e uma “desconfiguração” territorial, mesmo sendo um complemento de outros grandes projetos regionais, como os expostos acima e sua vinculação à economia-mundo.

Lima (2010), detectou que os principais impactos identificados na UHE de Estreito relacionam-se com aumento populacional no pico da obra, que desencadeou outros fatores (aumento da criminalidade, da prostituição e elevado índice de incidência de doenças), dinamização da economia local (oferta de empregos temporários, aumento das receitas tributáveis, dentre outros), quanto aos ribeirinhos (desestruturação da produtividade de famílias rurais, perda de áreas agricultáveis,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

especulação no mercado de terras rurais, compensação financeira, entre outros) e sobre o meio ambiente (inundação de grandes extensões de terra deslocamento de animais, mortes de peixes, extinção de parte da vegetação pelo enchimento do reservatório e outros).

Assim, a economia arquetetada pelas empresas multinacionais está dissociada dos interesses mais gerais da população e, por isso, a importância de estudos que contemplem a implantação de projetos hidroenergéticos na Amazônia brasileira. Estes são a expressão mais avançada do capitalismo, que por meio da política dos atores econômicos estimula as práticas financeiristas do Estado a seu favor.

Por fim, nesse novo espaço, a carga de ciência e tecnologia é substancialmente maior do que no passado; a configuração territorial agora responde às exigências das relações capitalistas de produção, que através da produção de energia elétrica realiza a reprodução ampliada do capital e uma “desconfiguração” territorial, mesmo sendo um complemento de outros grandes projetos regionais, como os expostos acima e sua vinculação à economia-mundo.

3 CONCLUSÃO

O atual cenário da produção de energia no Brasil, resultado da relação neoliberal em expansão e difundida no iníciodos anos 1990 e, que ainda está em curso, também se atualiza no processo de apropriação dos recursos hídricos.

Pensar a implantação de Usinas Hidrelétricas na Amazônia brasileira enquanto projeto geopolítico de Estado é, acima de tudo analisar todo o percurso histórico da Amazônia, as representações que eivaram das políticas e das interferências estatais sobre a região.

De comum pensamento, advogamos da tese de que o Estado é tido como promotor e também formulador de Políticas de Ordenamento no Território, este preocupado acima de tudo com a integração do arcabouço produtivo, que na concepção de Milton Santos (1993) seria o retorno do território.

Com relação expansão de UHE's no território amazônico, procuramos demonstrar que esse investimento, passa a ganhar maior importância com o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



aprofundamento do modo de produção capitalista e que, no caso brasileiro se dá a partir da segunda metade do século XX, com atores sociais pelo modo de produção capitalista, promovendo a integração territorial, por meio de instrumentos de poder e de dominação.

A difusão de UHEs e de PCHs na Amazônia Legal, é um movimento em curso e, com a apropriação da região pelos agentes econômicos esse dinamismo e até mesmo metamorfose do território está dia após dia em transformação, tornando a região amazônica uma verdadeira fronteira de energia renovável, pela via das UHEs construídas à fio d'água, a pensar na Amazônia Maranhense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Ferreira de. **Efeitos socioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental**: uma reflexão a partir das representações sociais das populações atingidas pela UHE – Estreito (monografia de Conclusão do curso) Imperatriz, MA: CESI/UEMA, 2012. p.47.

BRASIL. **Plano Nacional de Energia 2030**. Ministério de Minas e Energia: colaboração Empresa de Pesquisa Energética Brasília, MME: EPE, 2007.

BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos. **Geógrafos**, [S. l.], n. 2, 2001. **Intermediárias**. Rio de Janeiro, 1017.

CHAVES, Patrícia Rocha.; MELO, Nara Lopes. A construção da usina hidrelétrica de Estreito e o processo de territorialização do Movimento de Atingidos por Barragens. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. Tradução: Adail Ubijarajara Sobral e Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HOBSBAWM, Eric. Os anos dourados. In: HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Regiões de Desenvolvimento do estado do Maranhão**. São Luís, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Regiões Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro, 2017.

LIMA, Wilson. **Usina hidrelétrica de Estreito transforma a região**, 2010. Disponível em: <http://www.imperatriznoticias.com.br/component/content/article/60-geral/2164-usina-hidreletrica-de-estreito-trasforma-a-regiao>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOTA, Francisco Lima Mota. **A rodovia Belém-Brasília e os (re) ordenamentos do território na Amazônia Maranhense**. 2022. 198f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Centro Oeste/UNICENTRO, Guarapuava – PR, 2022.

PENHA, Luciano Rocha. **Políticas de energia no Brasil: difusão de usinas hidrelétricas para a indústria agropecuária na Amazônia**. 2021. 213f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2021.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2004.

SAQUET, Marco Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World – Systems Analysis: An introduction**. Durham: Duke University Press, 2006.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAUJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



AGROEXTRATIVISMO DA SOJA NA AMAZÔNIA E MUDANÇAS NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SÉCULO XXI

Benjamin Alvino de Mesquita

RESUMO

A inserção da Amazônia nos mercados globalizados impõe aos diferentes atores que participam desta dinâmica papéis diferenciados no processo da divisão internacional do trabalho. Dois componentes contribuem e ganham centralidade nesta nova lógica neoliberal. De um lado a hegemonia que assume a economia chinesa, na indução crescente por matéria-prima, que favorece a inclusão de novas fronteiras agrícolas na periferia capitalista. A este elemento exógeno, se soma um endógeno, a ação governamental, com suas políticas macroeconômica ortodoxas voltadas a captação de investimentos externos no âmbito de atividades centradas na exploração de recursos naturais, construção de infraestruturas e leis trabalhistas e ambientais favoráveis aos investidores interessados em tais segmentos. Neste contexto, se propõe uma reflexão relativa à compreensão das transformações econômicas e sociais que decorreram da expansão contemporânea das atividades controladas por grupos oligopólios que detém o controle da exploração e dos mercados destas mercadorias. Enfatiza-se como isso repercute no perfil da ocupação da força de trabalho impactada por esses grandes empreendimentos.

Palavras-chave: Agroestrativismo; Amazônia. Força de trabalho. Grandes corporações.

ABSTRACT

The insertion of the Amazon in globalized markets imposes different roles on the different actors who participate in this dynamic in the process of the international division of labor. Two components contribute and gain centrality in this new neoliberal logic. On the one hand, the hegemony assumed by the Chinese economy, in the growing demand for raw materials, which favors the inclusion of new agricultural frontiers in the capitalist periphery. In addition to this exogenous element, there is an endogenous element, governmental action, with its orthodox macroeconomic policies aimed at attracting foreign investment in the scope of activities centered on the exploitation of natural resources, construction of infrastructure and labor and environmental laws favorable to investors interested in such segments. In this context, a reflection is proposed regarding the understanding of the economic and social transformations that resulted from the contemporary expansion of activities controlled by oligopoly groups that control the exploitation and markets of these goods. It is emphasized how this affects the occupation profile of the workforce impacted by these large undertakings.

Keywords: Agrostrativism. Amazon. Large corporations.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica agrária da Amazônia Legal que se manifesta no início do Século XXI reflete a sua inserção na globalização dos mercados, no qual nos submetemos desde a década de noventa. Nesta região sobressai a exploração de recursos naturais em larga escala, voltada a atender a demanda externa, originária do crescimento chinês. Todavia, em termos de benefícios econômicos e sociais ao desenvolvimento regional os resultados são exíguos. Soma-se a este elemento exógeno, as políticas governamentais ortodoxas objetivadas com fins de atrair investimentos externos às atividades agroextrativistas intensivas em capital e tecnologia, mas sem compromisso algum com o desenvolvimento regional/local. Os atores desta nova ordem econômica, onde o processo produtivo representa uma economia de enclave, com vínculos tênues com o desenvolvimento do país, são os grandes players que controlam o mercado de matéria-prima e o fluxo de capital em nível global.

A proporção que essa expansão das *commodities* avança nas áreas periféricas, como a Amazônia e o MATOPIBA, fica um rastro de destruição, concentração, exclusão social e desigualdades difícil de se reverter. Enquanto o crescimento da produção e exportação das *commodities* se mede pela escala geométrica, a produção de alimento da agricultura dos camponeses tem queda marcante e contínua nos locais onde estão instaladas as atividades do agronegócio. Nesse quadro, os processos de uso e posse da terra e de ocupação da força de trabalhos são cada vez mais diferenciados e excludentes.

A expansão da agricultura capitalista se mede em milhões de hectares, pautada no trabalho assalariado permanente, intensiva de capital, inovações técnicas e gestão científica, articulada com o mercado global de *commodities*, mas sem compromisso com o desenvolvimento local quanto à internalização da renda e de emprego formal. Dados do Caged revelam que para cada 1.000 hectares plantados de soja há apenas 10 vagas formais (NEDER 2017.). Enquanto isso, a agricultura

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



familiar, responsável maior pelo abastecimento interno, tem recursos financeiros escassos, serviços de assistência técnica e extensão rural precário, mas continua sendo desempenhando um papel importante na preservação ambiental, segurança alimentar e na ocupação da força de trabalho formal e informal.

A superioridade técnica e econômica dos grandes produtores do agronegócio, frente a pequena escala da agricultura camponesa, aspecto problematizado por grandes teóricos da questão agrária no final do século XIX, levaria a uma transformação radical na exploração agrícola pelo capital. A penetração cada vez maior da grande empresa, transformaria essa atividade. A industrialização do setor acarretaria um processo violento nas relações capital e trabalho, concretizado em termos de substituição das formas de trabalho não capitalistas (parceria, arrendamento, trabalho não remunerado, etc) por um processo de assalariamento e de expropriação em massa. Tal fenômeno, no qual as relações capitalistas seriam avassaladoras e levariam à uma mudança rápida e significativa, acabou não se concretizando naquela perspectiva pensada por Lênin (1987) e Kaustsy (1986). Para eles a entrada do capital na agricultura levaria ao desaparecimento de formas camponesas (não capitalistas) e a uma homogeneização da força de trabalho (assalariada). Mas, ao contrário, as formas baseadas no trabalho familiar se mantiveram e até ampliaram, experimentando uma reorganização que tem levado a um importante processo de diferenciação nestas formas de produção camponesa.

Mas isso não quer dizer que o capital não tenha o domínio sobre essas formas não capitalistas. As formas capitalistas criam diferentes mecanismos de controles, que vão do financiamento à assistência técnica; da comercialização à industrialização. Tais estratégias controlam o processo de apropriação do excedente, sem a necessidade do assalariamento generalizado. Isso é constatado nas chamadas formas de integração em atividades como fumo, frutas, aves, suínos, silvicultura, leite. (GRAZIANO DA SILVA, 1996; VANDERLEY, 1998; KAGEYAMA, 1986; MESQUITA, 1982).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Neste texto os termos agricultura de larga escala, industrial e agronegócio são usados como equivalentes à produção capitalista, isto é aquela que se caracteriza pelo controle direto dos meios de produção e da força de trabalho, que objetiva a maximização do lucro e a reprodução ampliada do capital. O termo *agribusiness* foi criado em 1957 por Goldberg e Davis, a partir da análise sistêmica dos problemas da agricultura com os demais setores (indústria e serviços). No Brasil, esse conceito é traduzido por agronegócio, mas só passa a ser efetivamente usado na academia, na década de 1990, para se contrapor ao conceito de agricultura familiar, expresso no lançamento do Pronaf, em 1996. A partir daí o termo vira sinônimo de agricultura moderna, aquela executada em moldes capitalistas e integrada produtiva e sistemicamente aos demais elos da cadeia - indústrias processadoras, produtoras de insumos e demais serviços necessários à efetivação de uma agricultura em grande escala. Quando se fala de agronegócio, atenta-se a um conjunto de atividades (ou elos) articuladas entre si, e não apenas, a agricultura capitalista propriamente dita. Portanto estamos nos referindo a um complexo, onde os diferentes elos das mais diferentes atividades e setores se articulam entre si no sentido de ganhar escala e sinergias com objetivo de rebaixar custos e aumentar produtividade e assim aumentar sua participação naquele mercado. Neste mercado globalizado onde se insere a exploração de commodities, o controle desta cadeia produtiva está sob a órbita das grandes corporações e do capital financeiro (MESQUITA, 2011b, 2013). Já o conceito de agricultura familiar expressa à ideia de produção realizada em moldes não capitalistas, fundamentada no trabalho familiar, em espaços restritos, conduzida por pequenos produtores e sendo essa exploração a principal fonte de renda e de subsistência do núcleo familiar.

O trabalho se baseia em resultados de um projeto de pesquisa e tem por objetivo analisar o que ocorreu na Amazônia legal com o boom das commodities a partir da década do século atual, em relação à ocupação da força de trabalho, a partir de transformações qualitativas e quantitativas que se constata na estrutura produtiva, neste período de inserção da Amazônia sob o manto das políticas neoliberais. Em

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

relação a metodologia, além de literatura pertinente ao assunto, também fez-se uso de dados do IBGE, IPEAdata, Ministério do Trabalho e relatório de pesquisa sobre as microrregiões de Imperatriz, Gerais de Balsas e Chapadinha

2 A AMAZÔNIA COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO DO AGRONEGÓCIO E OS COMPONENTES DESTES PROCESSOS.

Nesta fase inicial do século XXI constatam-se importantes mudanças no quadro agrário da Amazônia Legal brasileira.¹ A explicação se encontra na forma como a região se inseriu nos mercados globalizados, pois estes impõem aos diferentes atores que participam desta dinâmica papéis diferenciados neste processo da divisão internacional do trabalho. Dois componentes contribuem e ganham centralidade nesta nova lógica neoliberal. De um lado a hegemonia da economia chinesa, que induz uma crescente demanda por matéria-prima, e a importância que isso representou na inclusão de novas fronteiras agrícolas na periferia, como a Amazônia, e a entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) direcionados a tais atividades e na procura de terra por estrangeiros (CÂMARA, 2011; INCRA, 2011).

A este elemento *exógeno* se soma um *endógeno*, a ação governamental, com suas políticas macroeconômicas ortodoxas adequadas ao capital externo e o financiamento público farto e subsidiado, proporcionado pela rede estatal de agências de financiamento (BNDES, BB, BASA e fundos constitucionais). Estratégias essas, voltadas a atrair investimentos externos no âmbito de atividades interessadas na exploração de recursos naturais e obras de infraestrutura ligadas à logística de escoamento de grãos, como portos, hidrovias, rodovias e ferrovias. Tais aspectos

¹ De acordo com o IBGE (2006), 46 % das terras da Amazônia estão ocupadas com pecuária, 14% com lavoura (temporária e permanente), sendo que três monoculturas utilizam algo em torno de um milhão de hectares, dos quais 563 mil com a soja e o restante com a silvicultura e dendê (IBGE, 2009, 2013, SEMA, 2012). Enquanto, a soja cresce a 23% a.a, e a mandioca a 0,8% a.a, o arroz¹ neste intervalo de 2000 a 2010 decresceu ao ritmo de -4,8% ao ano.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

podem explicar essa aposta/interesse dos grandes players em investir nos principais complexos do agronegócio na Amazônia legal, na primeira década do século atual.

A expansão registrada da agricultura de exportação na Amazônia Legal, neste período, não foi acompanhada pela agricultura camponesa. É o que mostram as mudanças no perfil produtivo regional. Houve uma substituição dos produtos da agricultura familiar por produtos da agricultura patronal. Enquanto a capitalista ascende exponencialmente, a produção familiar encolhe. Nota-se uma nova configuração de relações sociais de produção, expressa em termos de concentração da terra e renda, queda no número de produtores, heterogeneidade do mercado de trabalho e aparecimento de novas fontes de renda não agrícola,

Quem sinaliza essas e outras mudanças são os grupos empresariais, que traçam as tendências e estratégias a serem seguidas e, conseqüentemente, a ampliação ou recuo da área plantada e/ou do processamento a ser feito, e também das exportações e mercado a atingir a médio e longo prazo. De forma que o avanço das áreas com dendê, eucalipto e soja nos biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia se articula essencialmente mais a tais decisões empresariais do que as ações governamentais. Por sua vez, essa decisão das empresas, depende da tendência geral do crescimento econômico das economias chinesa e americana que hoje ditam a dinâmica capitalista. É a partir da demanda destes gigantes que se compreende a direção das mudanças no plano espacial e o ritmo frenético que assume determinada atividade frente a outras.

A expansão vertiginosa de monoculturas que se registra na Amazônia aprofunda ainda mais aquele antigo padrão de ocupação e de controle de território, antes induzido pelo Estado e efetivado pela pecuária extensiva da Amazônia pós-anos 60. A diferença agora é que a decisão e a estratégia de ocupação saem do planejamento estratégico das empresas, que normalmente estão preocupadas com a concorrência e, portanto, com os lucros que advirão da maior ou menor inserção no mercado de que participam. Isto significa dizer que as questões mais macros, como a organização de uma estrutura produtiva integrada com a economia local/regional

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ou nacional nem sempre são consideradas, resultando daí conflitos que se espalham em diferentes direções, com prejuízos para os atores mais frágeis envolvidos no confronto. O mais visível é a disputa (desigual) por terra e por fundos públicos, entre agricultores familiares e a agricultura empresarial, naturalmente favorável à última.

A Amazônia neste contexto de especialização em que se insere hoje na exploração intensiva de recursos minerais e vegetais tende a virar cada vez mais um espaço estratégico e privilegiado do grande capital e, portanto, das empresas globais. A consequência é uma reformulação radical do uso da terra que se desdobra num processo contínuo de expropriação, visualizado no perfil produtivo e na formatação diferenciada da ocupação da força de trabalho local (CAMARA, 2011).

3 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E RECONFIGURAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O elemento-chave desse processo de ocupação produtiva da fronteira agrícola no Brasil foi/é o Estado Brasileiro, na medida em que coube ao mesmo um papel importante na indução e atração e efetivação de investimentos, tanto em regiões já desenvolvidas (Sudeste), quanto em regiões periféricas do país (Cento Oeste, Amazônia e Nordeste).

No que diz respeito a incorporação destas áreas agricultáveis na periferia, as estratégias utilizadas pelo governo dos anos 1970 ao presente se atêm a praticar uma política econômica ortodoxa, caracterizada pelo privilégio a segmentos minoritários, voltado a médios e grandes proprietários e de exclusão aos pequenos produtores O resultado foi a exclusão de milhões de trabalhadores rurais e urbanos do processo de desenvolvimento. Se as cidades (pequenas, médias ou grandes) estão repletas desses excluídos, no meio rural esse processo de expropriação ainda é maior, devido ao modelo de modernização agrícola adotado no período, e que se estende à atualidade, o qual privilegiou a chamada grande agricultura em detrimento da pequena produção familiar.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A reprodução desse modelo agrícola equivocada durante quase meio século trouxe mudanças importantes em diferentes planos – espacial, produtivo, econômico, técnico e institucional. Quer dizer, a penetração do capital na agricultura no formato adotado, concentrando e centralizando o capital nessa ou naquela atividade (capitalista) e em setores a ela ligados, a jusante e a montante -- importante nos idos de 1970 e 1980 para a modernização do campo brasileiro, hoje, com o sucesso das supersafras, continua aprofundando essa trajetória, e é o responsável pela configuração do setor agrícola nos dias atuais, inclusive no aspecto relativo ao mercado de trabalho.

Embora diversas variáveis hajam contribuído para formatar esse perfil da agricultura, pelo menos duas delas precisam ser ressaltadas, dado o papel de ambas na formatação do perfil existente na atualidade. A primeira é a política de modernização da agricultura, conservadora e excludente dos anos 1970² e a segunda é a transição demográfica que se intensifica no período.

A política de desenvolvimento agrícola se ateve a aumentar a produção e gerar excedentes a qualquer custo. Esta visão produtivista beneficiou apenas algumas regiões (Sul e Sudeste), grandes produtores e culturas de exportação (grãos, cana-de-açúcar e pecuária bovina). Como se sabe, o resultado desse processo foi desastroso para a maioria dos pequenos produtores, atividades agrícolas e áreas periféricas. Do ponto de vista social e ambiental, a irresponsabilidade prevaleceu, podendo ser contabilizada em termos de perda da biodiversidade e de ocupação da força de trabalho, cujos participantes, sem amparo do Estado, se transformam em migrantes potenciais para outras regiões agrícolas e/ou cidades mais próximas.

A transição demográfica, isto é, as alterações no crescimento e no perfil demográfico populacional, urbano e rural, nos países avançados, demorou séculos para se estabilizar em taxas pequenas no Brasil. Esse período de transição foi

² A modernização agrícola implementada no país desde os anos 1970, intensiva de capital, em que a mecanização e o uso de insumos modernos constituem a base principal, foi e continua sendo fator de grande transformação das relações sociais do campo brasileiro. Ela não se restringiu tão somente ao aumento da produção e da produtividade dos chamados “fatores de produção” capital, terra e trabalho; ela alterou profundamente a relação capital x trabalho, e desprezou a questão ambiental.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



bastante curto (60 anos). Até os anos 1940, mais de 2/3 da população do país viviam na zona rural. Após a II Grande Guerra, paulatinamente, se inverte essa situação, de modo que no ano 2000 o país já tinha um perfil urbano, e, naturalmente, em algumas regiões esse processo foi antecipado (Sudeste, por exemplo), enquanto em outras (como Norte e Centro-Oeste) foi postergado. O certo é que hoje até a Amazônia apresenta perfil populacional semelhante.

Essa transição demográfica, no formato como ocorreu, resultou em um violento processo de migração campo–cidade e campo–campo, com consequências calamitosas para as cidades e também para o campo. No campo, isso ocasionou uma perda relativa de determinadas atividades agrícolas e ascensão de outras. Por outro lado, em muitos locais a migração esvaziou a força de trabalho, fator importante para o setor, que se traduziu no empobrecimento e falência da maioria dos municípios, que, sem uma agricultura que gere emprego e renda para essa população desqualificada, passam a sobreviver de repasses e transferências governamentais. Esse quadro, por sua vez, pressiona por novas migrações e força a (re) estruturação de novas e antigas atividades nesses locais, alterando, portanto, o perfil socioeconômico dessas cidades.

Na cidade a migração originou uma acelerada e desorganizada urbanização. Como essas cidades, em parte, não experimentaram um crescimento econômico compatível com essa dinâmica demográfica, em razão da prolongada crise econômica dos anos 1980, que se estende pela década de 1990, a entrada desses contingentes populacionais oriundos do meio rural, demandando serviços coletivos de toda ordem, sem uma contrapartida do poder público para atendê-los, foi sem dúvida um dos fatores mais importantes para se entender a crise urbana que hoje campeia nas cidades, sejam pequenas, médias ou grandes.

Da interação desta e de outras variáveis emerge uma configuração peculiar de perfil da agricultura e, portanto, da ocupação da força de trabalho, o que explica também essa heterogeneidade, diversidade e o caráter diferenciado presente na estrutura produtiva, social e espacial do setor. E essas características marcantes do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



setor não se devem apenas à dimensão física do país, mas, sobretudo, à condição específica de cada tipo de produtor (familiar, patronal) envolvido em cada atividade ou cultura nas diferentes regiões do país, e também no formato de como se organiza essa ou aquela atividade econômica.

Pode-se constatar essa característica tanto no plano macro, quanto no micro. Mesmo numa única atividade e/ou empresa é possível perceber essa diferenciação e/ou heterogeneidade, pois há assalariados sob diferentes formatos (permanentes ou temporários), com remuneração diversa, amparada ou não pela Previdência. Por outro lado, essa configuração se diferencia ainda mais em termos econômicos, técnicos e institucionais. Pode-se ver, lado a lado, relações de trabalho arcaicas junto com relações modernas. Presencia-se tanto o trabalho escravo e precarizado quanto o formal qualificado e o terceirizado. A escassez, a carência por trabalho qualificado, a sazonalidade do trabalho e o desemprego temporário estrutural, tudo está presente em menor ou maior proporção.

4 MUDANÇAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA E NO PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Apesar das mudanças ocorridas no agrário regional, entre os censos de 1995 e 2006 a agricultura continuou relevante na ocupação da força de trabalho, principalmente da mão de obra não qualificada, sem proteção previdenciária e de baixa produtividade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), ainda há uma significativa parcela de trabalhadores brasileiros que se encontra na atividade agrícola ou em outra em atividade não agrícola desenvolvida também no campo.

Segundo o censo agropecuário (2006)³ existiam cerca de 16,6 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, distribuídas desigualmente em termos

³ Atenção para evitar a citação a cada momento que aparece os dados do IBGE optou-se em não colocar a fonte a cada cifra, mas todas são dos Censos agropecuários, 2006 e 1996.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



regionais, tipo de agricultura, vínculo empregatício e atividade empregadora⁴. Conforme o tipo de agricultura, a distribuição era majoritariamente voltada para a agricultura familiar, que absorvia cerca de 12,3 milhões, enquanto a patronal ficava com 4,2 milhões. No que se diz respeito à relação de trabalho – assalariada e não assalariada (trabalho familiar) –, percebe-se que há uma correlação direta com o tipo de exploração familiar ou patronal e com a atividade explorada na agropecuária.

Do total de 12,8 milhões de pessoas com laços de família ou, como eram denominados anteriormente, membros não renumerados da família (MNR), 3,7 milhões têm vínculo assalariado (permanente ou temporário). Mais da metade do trabalho familiar se encontra no Nordeste, vindo em seguida o Sul, onde tradicionalmente a agricultura familiar tem relevância em número de estabelecimentos. Os trabalhadores assalariados também são importantes no Nordeste e no Sudeste.

No aspecto relativo ao tipo de produtor, sobressaem os proprietários, com 12,9 milhões, seguidos de longe pelos ocupantes, com 1,8 milhão. No quesito atividade, a lavoura temporária é a que mais ocupa mão de obra, com 6,4 milhões trabalhadores, vindo em seguida a pecuária e outras criações, com 6,6 milhões, e a lavoura permanente, com 2,2 milhões.

A distribuição da ocupação de mão de obra e grupo de área mostra que são os mini (menos de 5 ha) e pequenos estabelecimentos (5 a 100 ha) os maiores empregadores, com respectivamente 4,9 milhões e 8,15 milhões, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 hectares empregam 3,5 milhões. Chama a atenção nesses dados relativos ao campo brasileiro, a dimensão que assume a ocupação com vínculo familiar (78%), a baixa qualificação e o baixo nível de formalização com previdência social. Percebe-se também que a crescente expansão do agronegócio, gerador de certa homogeneidade no trabalho e também fator de

⁴ Visto pelo lado de gênero, cerca de 11,5 milhões dos ocupados são homens e 5,1 milhões são mulheres (IBGE, 2009). O Nordeste é a região que mais ocupa mão de obra com 7,3 milhões de pessoas, seguido do Sudeste, com 3,3 milhões de trabalhadores.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



expulsão, não impediu que prevalecesse o caráter heterogêneo; pelo contrário, até aumentou, e a agricultura familiar, nesse cenário, continua sendo a protagonista principal na absorção dessa força de trabalho precarizada. Nessa circunstância, entende-se por que o emprego não agrícola, a aposentadoria, os programas sociais se tornam cada vez mais uma alternativa à reprodução dessa força de trabalho, historicamente excluída desse banquete permanente oferecido pelas benesses do Estado à elite, que hoje não tem nada de agrário, pois é financeira e também global.

4.1. Aspectos gerais sobre a ocupação da força de trabalho na Amazônia

No intervalo entre os dois últimos censos houve um declínio no contingente de pessoal ocupado na agricultura da Amazônia. Apesar disso, a atividade continua como a maior e principal responsável pela geração e ocupação da força de trabalho da região. Muitas variáveis estruturais e conjunturais dão o formato final do perfil dessa ocupação como um todo. O acesso e o tamanho da terra, o êxodo rural, o precário acesso à tecnologia, à assistência, à extensão rural, à infraestrutura e o tipo de atividade desenvolvida podem ser apontados como fatores de interferência na sua configuração final. O perfil da agricultura assume, assim, contornos parecidos ao de outras regiões, ou seja, ela é tanto diversificada, quanto diferenciada e especializada, e tal configuração se reflete em outros aspectos gerais da atividade e da ocupação da força de trabalho.

A agricultura familiar é a mais representativa em número e participação de estabelecimentos (91,3%), e isso também se reflete na ocupação da sua força de trabalho, pois 86,5% do total se encontram nessa categoria, com destaque para a parcela com vínculo familiar. O trabalho sem laços de família (assalariado) se concentra na agricultura patronal, apesar de ser pouco numerosa em número de estabelecimentos. Ela retém a maior área de exploração e está voltada para a pecuária extensiva e ao agroestrativismo, ambos reconhecidamente geradores de poucos empregos qualificados e formais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

No interstício entre as duas décadas a agricultura experimentou importantes mudanças na sua estrutura produtiva e, claro, no perfil da força de trabalho. A agricultura capitalista, liderada pela soja, dendê, eucalipto, algodão, cana de açúcar e também pela pecuária, se consolida e assume papel cada dia mais importante na dinâmica e configuração do setor e, portanto, também no mercado de trabalho.

Na distribuição da população ocupada segundo a condição do produtor, cabe ao proprietário, isoladamente, a maior representatividade. Ele sozinho ocupa 48,65% da força de trabalho, enquanto os não-proprietários, isto é, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem-terra ficam com os restantes 51,35%. Os arrendatários ficam com 10,6%, os ocupantes e os produtores sem área ficam cada um com 16%. (IBGE, 2006).

Do total de pessoas ocupadas por atividade econômica, percebe-se que apenas a lavoura temporária, com 54,5%, e a pecuária e criação de outros animais, com 30,5%, perfazem 85% do total; ou seja, as demais atividades pouco contam na geração do emprego, seja formal ou informal.

Relacionando tipos de produtor com as atividades, nota-se que o proprietário encontrado na lavoura temporária (20,4%) e na pecuária (22,7%) é quem mais demanda mão de obra, já que, nesse período, cerca de 43% dessa mão de obra se originam deles, enquanto os ocupantes nas mesmas atividades respondem por 14% e os produtores sem área respondem por 10,5%.

A distribuição do pessoal ocupado por grupo de área se concentra essencialmente nos míni e pequenos estabelecimentos. No intervalo de 0-50 hectares, concentram-se quase 2/3 (62,5%) do total da força de trabalho disponível. No intervalo de 50 a 200 hectares há 14%, enquanto nos estabelecimentos com área acima de 200 hectares há 7,3%; os grandes estabelecimentos, com mais de 1.000 hectares, empregam o equivalente a 1,7%.

A título de conclusão deste tópico se examina pontualmente o perfil da ocupação da força de trabalho em duas microrregiões da Amazônia Legal, onde a presença do agroextrativismo da soja (Sul do Maranhão) e do eucalipto (Oeste do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Maranhão) sustenta a dinâmica regional. De acordo com o censo (2006), a mão de obra ocupada é modesta apenas 6% do total do Estado, sendo a microrregião de Imperatriz mais representativa do que a Microrregião de Gerais de Balsas. Nas duas predominam o trabalho familiar, sendo em Imperatriz mais importante (79%). O trabalho assalariado (sem laços de família) também é maior nesta microrregião (21%). O perfil apresentado destoa um pouco do senso comum, já que se esperava que em Gerais de Balsas, o trabalho familiar fosse menos representativo e o trabalho assalariado mais significativo em relação às demais microrregiões. Isso pode ser explicado pelo grau de concentração de atividades que mais empregam (pecuária e silvicultura) na microrregião de Imperatriz, particularmente no município de Açailândia, do que na outra microrregião de Balsas. Agora examinando os municípios-polo destas Microrregiões (Açailândia e Balsas), se percebe uma inversão: o maior contingente de pessoas ocupadas se encontra no Sul, em Balsas (6.900) contra 4.900 em Açailândia (Oeste). Em termos relativos, o trabalho assalariado em Balsas corresponde a 28,5%, e em Açailândia a 21,5%. O trabalho familiar também se destaca em Balsas e Açailândia; apesar da relevância do assalariamento, é o trabalho familiar que absorve mais de 2/3 da população ocupada.

5 CONCLUSÃO

Contra-pondo-se os dois censos agropecuários no aspecto da ocupação da força de trabalho, nota-se uma trajetória de queda tanto nos planos nacional, regional e estadual. Isso está associado com a dinâmica de variáveis estruturais (políticas macroeconômica e a transição demográfica) que vão moldando o perfil do setor e, conseqüentemente, do mercado de trabalho, mas também com a conjuntura econômica nacional e internacional do movimento do capital. Também o perfil nacional de concentração e distribuição da força de trabalho em termos de gênero,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

tipo de agricultura, perfil de produtor, atividade empregadora e estrato de área que mais ocupa, regionalmente segue trajetória parecida⁵.

Nota-se também que as mudanças detectadas na primeira década do século atual assumem diferenciações em termos espaciais e temporais, devido ao perfil que o setor nos apresenta em diferentes espaços geográficos e naquele período. Assim, para locais onde predomina agroestrativismo intensivos em capital, como o eucalipto, dendê e soja, é diferente de onde a cultura principal é intensiva de trabalho e, se encontra articulada com a produção familiar, como é o caso da mandioca e feijão. Isso significa que regionalmente há diferenciação importante, que está associada à dinâmica dada pelo capital e no formato que ela assume na exploração desta ou daquela cultura, se intensiva de capital ou de trabalho.

Em outras palavras, se a agricultura que prevalece no município, microrregião ou macrorregião é o agroextrativismo de grãos, ou do eucalipto, o perfil da força de trabalho e sua distribuição, em termos de tipo de ocupação, têm uma estrutura diferente daquela onde predomina a pecuária extensiva ou a produção de alimentos básicos, como arroz, frutas e mandioca.

Em síntese, apesar de importantes transformações em curso, decorrentes desse avanço do agronegócio extrativista, como se constata na Amazonia/Matopiba, os dados censitários de 1996 e 2006 também mostram contradições, que em tese não deveriam estar acontecendo, como a presença ainda marcante de formas não capitalistas e, portanto, do trabalho familiar, em territórios dominados pelo agronegócio; ou seja, ao mesmo tempo em que avança o trabalho assalariado, variável basilar do capitalismo, o trabalho familiar permanece presente ali e nas suas cercanias. Apesar da intensificação das relações capitalistas ao longo das últimas décadas, sob a forma de trabalho temporário e/ou permanente, comum no agronegócio, elas não foram suficientemente para superar a importância do trabalho

⁵ Nesse sentido, mais de 2/3 da força de trabalho são constituídos de homens; o trabalho familiar ou com laços de família corresponde a 4/5 dessa força de trabalho; o proprietário é o empregador de 3/5 dessa força de trabalho; predomina a agricultura temporária, que se sobressai como a grande geradora de empregos, com quase 50% das ocupações; e, finalmente, são os estabelecimentos de até cinco hectares os maiores demandantes de trabalhadores rurais.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



familiar na agricultura.⁶, nem de incorporar parcelas desta população a economia formal, ao contrário, a expansão do agroextrativismo sustentado com pesados subsídios públicos tem aumentado as assimetrias e contribuído para o avanço da concentração e centralização de riqueza nas mãos de elite global sem compromisso com algum o cenários de exclusão social, econômica e ambiental criado e aprofundado por esse tipo de exploração inerente a estes grupos que controlam essas atividades.

Diante dos dados ora apresentados, pode-se inferir, mesmo com as devidas ressalvas, que a heterogeneidade e a diversificação estrutural predominantes no perfil da força de trabalho no campo brasileiro não devem se alterar em curto prazo, devido a forma como a estrutura produtiva se reproduz e o Estado intervém. O processo de modernização agrícola ainda vigente, em que predomina um agroextrativismo sem sentido algum à economia local regional, não trouxe as mudanças que se esperava em termos de homogeneização das relações de trabalho; a heterogeneidade tem se acentuado, tendência que deverá permanecer com o formato intensivo de capital atualmente vigente no setor. O perfil dos ocupados na agricultura, com ou sem laços de família, em alguns aspectos – qualificação profissional dos que trabalham apenas na agricultura, nível educacional - embora tenha diferenciação regional, apresenta semelhanças estruturalmente. A ampliação de novos postos de trabalho no campo, antes restritos a uma minoria de estabelecimentos e atividades, é motivo de nova e intensa diferenciação nas relações de trabalho, que se complexificam com a maior aplicação de leis trabalhistas na atividade.

⁶ O declínio da mão de obra ocupada decorre de um comportamento histórico que acompanha o desenvolvimento da atividade agrícola. Esta, ao se modernizar, substitui o capital variável (força de trabalho) por capital fixo (máquinas e insumos modernos), sendo mais ou menos acentuado de acordo com a importância que a agricultura dita moderna assume dentro do setor e com o modelo em que está baseada a expansão dessa parte da agricultura (extensivo/moderno).

PROMOÇÃO



APOIO



REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Relatório da Subcomissão destinada a, no prazo de 180 dias, analisar e propor medidas sobre o processo de aquisição de áreas rurais e suas utilizações, no Brasil, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras – SUBESTRA. 2011, 75p. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/subcomissoes/subestra-relatorio>. Acesso em 11 de junho de 2012.

INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. Brasília: Divisão de fiscalização e controle de aquisição de terras por estrangeiros, 2011.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Desenvolvimento rural, cap. 7. Brasília: IPEA, 2011. pp. 231-286.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Agropecuários do Maranhão 1995-96, 2006: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Microrregiões. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

KAGEYAMA, Angela Antonia et. al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme et al. (Orgs.). Agricultura e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, v. 1, n.3, p. 113-223, jun. 1990.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENINE, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1981. (Coleção Os Economistas).

MESQUITA, B. A -. *Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão*. (documento online <http://www.ipea.gov.br/code/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf>). 2011.

----- O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011.

----- Conflitos Territoriais na Amazônia na “Era do Capital”. In: V Encontro Nacional da ANPPAS, 2010. Disponível: www.anppas.org.br. Acesso em 5 maio 2023.

_____. Política de Desenvolvimento e Desigualdade Regionais: o caráter seletivo e residual da intervenção governamental no Maranhão. *Revista de Políticas Públicas*, v.11, n.2 p27-54 jul./dez., São Luís: 2008.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

PROMOÇÃO



APOIO

